



PARECER PRÉVIO Nº 37/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12135/2017.**
Aposos: Processo nº 10430/2017.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Guajará
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Manoel Hélio Alves de Paula (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4549/2018-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Guajará. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas do **Sr. Manoel Hélio Alves de Paula** na Prefeitura Municipal de Guajará, no exercício de 2016.

- 11- **Ata:** 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 3 de Outubro de 2018
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 37/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 37/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 12135/2017.**
Apensos: Processo nº 10430/2017.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Guajará
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Manoel Hélio Alves de Paula (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4549/2018-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Guajará. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Manoel Hélio Alves de Paula**, na Prefeitura Municipal de Guajará, no exercício de 2016.
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Manoel Hélio Alves de Paula** no valor de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), nos termos do inciso II do art. 308 da Res. 04/02-TCE/AM, quantia que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
- 9.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Manoel Hélio Alves de Paula** no valor de **R\$ 40.000,00** (quarenta mil reais), nos termos do inciso VI do art. 308 da Res. 04/02-TCE/AM, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, em razão das seguintes impropriedades:



ACÓRDÃO Nº 37/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 15- Atraso de envio da Prestação de Contas Anual (item 1 da Notificação);
- 16- Atraso na entrega dos balancetes mensais via E-Contas (item 2 da Notificação);
- 17- Ausência de cumprimento integral da Resolução TCE nº. 27/2013 (item 3 da Notificação);
- 18- Ausência de Informações no Sistema E-Contas (item 4 da Notificação);
- 19- Ausência de observância de disposições constitucionais (itens 5, 6, 7, 8 e 9 da Notificação);
- 20- Improriedades quanto ao Controle Interno (item 10 da Notificação);
- 21- Improriedades quanto ao Sistema GEFIS (itens 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 da Notificação);
- 22- Improriedades relacionadas ao Portal da Transparência (itens 21, 22, 23 e 24 da Notificação);
- 23- Improriedades em Demonstrativos Contábeis e Financeiros (itens 25, 26, 27, 28 e 29 da Notificação);
- 24- Improriedades quanto ao Plano Nacional de Educação (itens 30, 31, 32 e 33 da Notificação);
- 25- Improriedades quanto ao Fundo Municipal de Saúde (item 34 da Notificação);
- 26- Improriedades quanto ao FUNDEB (itens 35 e 36 da Notificação);
- 27- Improriedades quanto aos processos de pagamentos (item 37 da Notificação);
- 28- Improriedades quanto ao Pagamentos de Diárias (item 38 da Notificação);
- 29- Improriedades quanto as licitações, contratos e processos de pagamentos (itens 39, 40 e 41 da Notificação);
- 30- Improriedades quanto a aquisição de materiais de construção adquiridos para aplicação em obras e serviços de engenharia (item 42 da Notificação) ;

- 9.4. Aplicar Multa ao Sr. Manoel Hélio Alves de Paula no valor de R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), nos termos do inciso V do art. 308 da Res. 04/02-TCE/AM, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
- 31- Improriedades em Demonstrativos Contábeis e Financeiros (itens 28 e 29 da Notificação);
 - 32- Improriedades quanto ao FUNDEB (item 36 da Notificação);
 - 33- Improriedades quanto aos processos de pagamentos (item 37 da Notificação);



ACÓRDÃO Nº 37/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 34- Impropriedades quanto ao Pagamentos de Diárias (item 38 da Notificação);
- 35- Impropriedades quanto as licitações, contratos e processos de pagamentos (itens 39, 40 e 41 da Notificação);
- 36- Impropriedades quanto a aquisição de materiais de construção adquiridos para aplicação em obras e serviços de engenharia (item 42 da Notificação);

9.5. **Considerar em Alcance o Sr. Manoel Hélio Alves de Paula**, no valor total de **R\$ 6.204.146,42** (seis milhões, duzentos e quatro mil, cento e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Guajará em razão das seguintes improbidades:

- 37- R\$ 2.363.485,85 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), referentes a ausência de baixa de valores consignáveis (item 29 da Notificação);
- 38- R\$ 1.974.480,16 (um milhão, novecentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais e dezesseis centavos), referentes a pagamentos de Multas e Juros do INSS (item 37 da notificação);
- 39- R\$ 1.059.342,92 (um milhão, cinqenta e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos), referente a pagamentos sem a devida comprovação (item 40 da notificação);
- 40- R\$ 589.300,60 (quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos reais e sessenta centavos), referente a pagamentos sem a devida comprovação (item 41 da notificação);
- 41- R\$ 217.536,89 (duzentos e dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais e oitenta e nove centavos), referente a pagamento de materiais de construção que não tiveram a sua aplicação comprovada em obras e serviços executados de maneira direta pela Prefeitura Municipal de Guajará (item 42 da notificação);

9.6. **Determinar** que, dentro do prazo anteriormente conferido para pagamento das multas, encaminhe o comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

9.7. **Determinar** a remessa imediata de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para apuração de eventual improbidade



ACÓRDÃO Nº 37/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

administrativa.

- 10- Ata:** 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno..
11- Data da Sessão: 3 de Outubro de 2018
12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
13- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral